

Voz(es) e resistência(s) na canção “Cota não é esmola” à luz da Análise Crítica do Discurso

Voice(s) and resistance(s) in the song “Cota não é esmola” from the Critical Discourse Analysis perspective

Felipe de Souza Oliveira¹
Igor Pires Zem El-Dine²
Ivan Vasconcelos Figueiredo³

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre os discursos que reverberam e naturalizam a discriminação racial e o racismo por meio da letra de uma música brasileira intitulada “Cota não é esmola”. Além disso, o referencial teórico-metodológico é embasado pela Análise Crítica do Discurso (ACD), orientado por Norman Fairclough (2001; 2003) e o método analítico é qualitativo (descritivo e interpretativo), configurando-se um estudo cujo processo se materializa no próprio texto. Dessa forma, as práticas descritivas e interpretativas nos dão uma maior visibilidade de saberes do mundo sobre a temática étnico-racial. Assim, compreendemos as três dimensões do discurso: i) análise textual, a partir do vocabulário e das frases negativas; ii) práticas discursivas, através dos interdiscursos e das representações sociais e; iii) prática social, voltado aos aspectos ideológicos. Ainda, o debate sobre as políticas afirmativas será embasado por Munanga (2001, 2007), para refletir sobre caminhos de resistência. A partir da análise, pontuamos que o ativismo negro na música atua como prática legítima que colabora e conscientiza de maneira crítica e reflexiva os sujeitos na busca por igualdade racial.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Racismo. Cotas Raciais.

Abstract: This article aims to conduct an analysis on the discourses that reverberate and naturalize racial discrimination and racism through the lyrics of a Brazilian song entitled "Cota não é esmola". The theoretical-methodological framework is based on the Critical Discourse Analysis (CDA), guided by Norman Fairclough (2001; 2003). The analytical method is qualitative (descriptive and interpretive), establishing a study in which the process is materialized in the text itself. In this way, the descriptive and interpretative practices give us a greater visibility of the world's knowledge on the ethno-racial theme. Thus, we understand the three dimensions framework for studying discourse: i) textual analysis, based on vocabulary and negative sentences, ii) discursive practices, through interdiscourses and social representations, and iii) social practice, focused on ideological aspects. The debate on affirmative action policies will be based on Munanga (2001, 2007), to reflect upon possible resistance strategies. From the analysis, we point out that musical activism acts as a legitimate practice that collaborates and raises critical and reflective awareness of people in the search for racial equality.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Racism. Racial Quota.

¹ Universidade Federal de São João Del-Rei, Programa de Pós-Graduação em Letras, São João Del-Rei, MG, Brasil. Endereço eletrônico: felipe.souza.oliveira@gmail.com.

² Universidade Federal de São João Del-Rei, Programa de Pós-Graduação em Letras, São João Del-Rei, MG, Brasil. Endereço eletrônico: igorpzem@gmail.com.

³ Universidade Federal de São João Del-Rei, Departamento de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Letras, São João Del-Rei, MG, Brasil. Endereço eletrônico: ivanvasconcelos@ufsj.edu.br.

Considerações iniciais

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, prevê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2016, p. 13). Esse preceito fundamental e inestimável à dignidade da pessoa humana apresenta disparidades que se sustentam por outros dados: a população negra é aquela que mais morre vítima de violências, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea)⁴ e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública; a maioria da população encarcerada no Brasil é negra, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)⁵, desenvolvido pelo Ministério da Justiça; as pessoas negras constituem a maior parte do trabalho informal e recebem menores salários em relação aos brancos, de acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶. Por outro lado, em estudos relacionados à educação, a inserção dos negros na universidade aumentou gradualmente, através de programas de ações afirmativas implementadas no ano de 2012, segundo o Boletim de Políticas Sociais, que é uma publicação do Ipea, coordenado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)⁷.

Compreende-se que a promoção dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros permanece numa linha tênue e de grandes desigualdades no que diz respeito às questões étnico-raciais. Nesse sentido, os estudos elencados evidenciam a ausência de políticas públicas consistentes que promovam uma equidade racial, de modo que “criamos uma nação profundamente desigual e racista, cujos altos índices de violência não pararam no tempo da escravidão”, segundo Schwarcz (2019, p. 35). Ainda, a autora afirma que o racismo se agarra a uma ideologia com o propósito de manter privilégios, assim aprofunda a distância social.

A questão das políticas afirmativas é um tema que causa polêmica, pois tenta equiparar a ideia de igualdade não somente na divisão de deveres, mas também de direitos. Além disso, “as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia antirracista” (MUNANGA, 2001, p. 31) e, por serem tão recentes, essas políticas são contestadas por diferentes segmentos sociais, os quais tentam silenciar conhecimentos, saberes,

⁴ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 20 out 2019.

⁵ Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 20 out 2019.

⁶ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 20 out 2019.

⁷ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/190821_boletim_bps_26_igualdade_racial.pdf>. Acesso em: 20 out 2019.

dados e estatísticas que atestam a exclusão do negro na sociedade. Sendo assim, no Brasil não há “democracia racial”, ainda mais quando nos remetemos à exclusão social perpetuada em diversas formas de desigualdade social, por exemplo, a econômica e a racial (SCHWARCZ, 2019, p. 36).

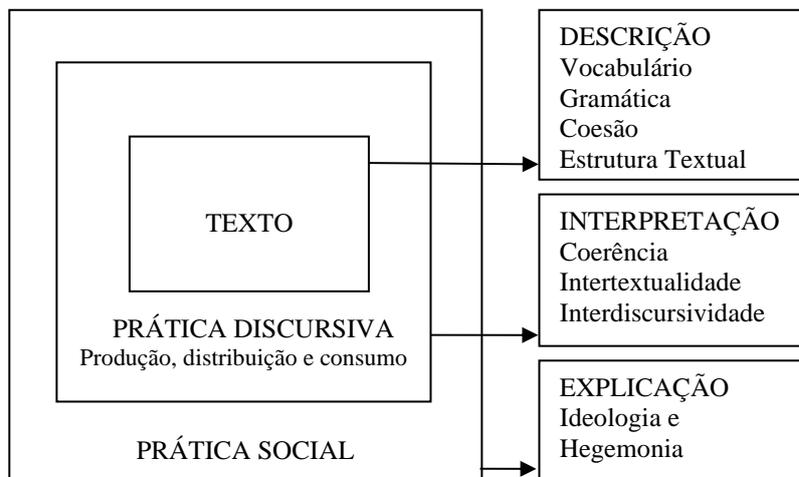
O nosso trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre os discursos que estão inseridos na canção “Cota não é esmola”. Como hipótese, conjecturamos sobre a existência de uma reverberação de práticas de discriminação racial, sustentadas por discursos cristalizados, em que representações e práticas sociais tendem a naturalizar o preconceito racial experienciado pela população negra no Brasil. Logo, o presente escrito fundamenta-se em conceitos, procedimentos e categorias da Análise Crítica do Discurso, de Norman Fairclough (2001; 2003), em consonância com concepções teóricas acerca das ações afirmativas e das questões étnico-raciais.

O artigo será dividido pelos seguintes aspectos: na primeira seção, abordaremos uma análise de discurso textualmente orientada; na segunda seção, evidenciaremos os procedimentos metodológicos que orientam as análises; na terceira seção, descreveremos as análises e as discussões dos dados; e, por fim, na quarta seção, apresentaremos as considerações finais do estudo.

Análise de discurso textualmente orientada (ADTO) como prática explanatória das representações racistas

O artigo tem como pressuposto teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD), de vertente anglo-saxã, e que tem como um dos seus principais precursores o professor de linguística Norman Fairclough (2001, 2003). É importante frisar que Fairclough (2003, p. 124) entende “discursos como formas de representar os aspectos de mundo – os processos, relações e estruturas do mundo material, o mundo mental de pensamentos, sentimentos, crenças, e assim por diante, o mundo social”, desse modo, preconiza uma necessidade de produzir discursos que desconstruam certas realidades em que se reverberam. Além disso, as pesquisadoras Viviane Resende e Viviane Ramalho (2008, p. 28) destacam que o autor “define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos”. Dessa forma, a análise textual realiza-se na/pela linguagem por meio do quadro tridimensional, compreendido por: texto, prática discursiva e prática social, como proposto na figura 1:

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Adaptação de Fairclough (2001) e Meurer (2005).

Para Van Dijk (2008), o discurso pode vir atravessado pela naturalização de práticas racistas, de hierarquias e de seletividades sociais que são construídas pelas relações de poder. Ainda, o autor afirma que “as ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala” (VAN DIJK, 2008, p. 135).

De acordo com Silvio Almeida (2018), há diferenças entre preconceito, racismo e discriminação. Então, o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos de indivíduos que pertencem a certos grupos racializados, sendo assim, pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Além do mais, a discriminação racial, por sua vez, é a forma de tratamento diferenciado a certos grupos racialmente identificados e, o racismo se concretiza via essa discriminação e é definido pelo seu caráter sistêmico. Portanto, o racismo é um conjunto de atos que levam determinados grupos às condições opressoras, humilhações, desigualdades e exclusão (ALMEIDA, 2018, p. 25).

A sociedade brasileira é historicamente racista. Os discursos racistas se perpetuam na sociedade de diversas formas, resultado de ideologias e práticas antigas que fundamentam a estrutura social. Além do mais, o processo conhecido por miscigenação, por exemplo, buscava uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, confrontando qualquer possibilidade de uma identidade fundamentada na herança negra de origem africana (MUNANGA, 2004).

A miscigenação no Brasil correspondia a uma tentativa de melhoria e regeneração racial que resultaria no desaparecimento dos negros e mestiços de pele escura, tidos como inferiores,

assim acreditava-se que o branqueamento da sociedade implicaria na constituição de um povo brasileiro mais civilizado. Nesse sentido, o racismo se constitui por um fenômeno histórico e marcado pela ideia de superioridade racial do branco, desde então, um discurso de poder, assume um papel no qual se estabelece uma relação assimétrica entre as raças. Nesse viés, pode-se afirmar que a discriminação racial e o preconceito são manifestações mais evidentes de uma sociedade que omite o passado perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia (SCHWARCZ, 2019).

No entanto, omitir o passado e o presente racista, infelizmente, é comum na nossa sociedade. Van Dijk (2008) afirma que “as negações de racismo costumeiramente se transformam em contra-acusações de antirracismo intolerante e intolerável”, fazendo com que determinados grupos se defendam com estratégias discursivas expressadas nos seguintes dizeres: “Não somos racistas”; “Não somos uma sociedade racista” (VAN DIJK, 2008, p. 158). Assim, grupos dominantes e de grande influência ou alcance social sempre irão deixar de reconhecer seus discursos racistas, apesar desses discursos se materializarem de diversas formas, seja nas políticas de embranquecimento (SKIDMORE, 2012) da população ou nas representações midiáticas, por exemplo.

Fairclough (2001) afirma que um dos principais fundamentos da ACD é a abordagem dos problemas sociais e de maneira a perceber no discurso uma forma de ação social. Logo, as políticas afirmativas, implementadas em 2012 nas instituições federais de educação superior do Brasil, são formas de ação social que podem ser compreendidas como um processo de reparação histórica, de promoção da igualdade racial, de equidade de direitos e deveres bem como de acesso à educação da população negra. A respeito disso, Munanga (2007, p. 7) defende que “o debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino público universitário parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros”.

De acordo com a visão adotada por Fairclough (2001), o discurso tem sentido de texto e de interação, porque reúne a análise linguística e a teoria social do discurso. Dessa forma, também enfatiza que a ideologia, enquanto forma de ação social, constitui os sujeitos, funciona pela constituição e pelo posicionamento das pessoas em sociedade. A ideologia é, então, uma forma de construção de “significados/construções da realidade que são constituídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). Essa noção de ideologia está relacionada com as propriedades linguísticas de um pronunciamento, pois a representação do discurso não é apenas de ordem gramatical, mas é

construída por um processo ideológico. Assim, as perguntas de análise sobre os textos permitem algumas indagações: quais vozes são representadas? Quais vozes são incluídas e quais vozes são excluídas? Quais as implicações e consequências disso? E, por fim, quais os reflexos dessas escolhas perante o interlocutor?

Munanga (2007) refuta uma série de “certezas” sobre o que pode significar as políticas de ações afirmativas, dentre elas: é impossível implementar cotas raciais no Brasil, porque o nosso país é multirracial e as verdadeiras vítimas do racismo não seriam contempladas; a política de cotas poderia manchar a imagem de profissionais, funcionários e artistas negros, pois as pessoas não gostariam de ser atendidas por um cotista; os responsáveis pelas instituições públicas acreditam que, com a implementação das cotas, haverá uma degradação da qualidade do ensino e assim por diante (MUNANGA, 2007, p. 41). Esses discursos se reproduzem em larga escala na sociedade brasileira e nele contêm os elementos necessários para os processos de naturalização de discursos discriminatórios e excludentes.

A prática discursiva orientada por Fairclough (2001) diz respeito à produção, distribuição e consumo textual. Dessa maneira, qualquer texto se constitui por diferentes discursos. Tal perspectiva analítica é conhecida como interdiscurso. Assim, a interdiscursividade será apresentada por meio de uma análise contextual a partir do nosso objeto, a letra da canção “Cota não é Esmola”. Preliminarmente, há muitos interdiscursos que podem ser identificados por itens lexicais ou através de frases negativas. Dessa e Sato (2018) elucidam que:

Ao observar os diferentes discursos evocados no texto, vemos que as práticas das quais eles emergem estão relacionadas e constroem a ordem do discurso [...]. Ao demonstrar o problema social a ser combatido, a análise desenvolveu argumentações que sustentam a interpretação de que o sistema vigente (ordem do discurso) “precisa” do problema [...], de modo que somente uma mudança social com inserções de novos discursos emancipatórios e de novas práticas poderia causar a transformação profunda que se espera (DESSA; SATO, 2018, p. 156).

A análise textual pode ser organizada em quatro itens como já destacados: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A partir disso, iremos nos atentar sobre dois pontos, sendo eles: o vocabulário e as frases negativas. O vocabulário pode ser investigado de muitas maneiras “porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109) e já as frases negativas são usadas com finalidades polêmicas para refutar um ponto de vista. Na

canção, verificam-se essas proposições para demarcar uma posição social na qual os agentes sociais estão inseridos na sociedade, ou seja, atribuídos pelo contexto, classe, gênero, raça, etc.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos propostos para o presente trabalho são amparados pela Análise Crítica do Discurso, sendo a pesquisa de cunho qualitativo (descritivo e interpretativo), num viés interdisciplinar. De acordo com Resende (2008), a pesquisa qualitativa lida com descrições e interpretações da realidade social, assim pode ser compreendida nas ciências sociais críticas como uma unidade que “identifica estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido” (RESENDE, 2008, p. 82). A abordagem teórico-metodológica, ancorada no quadro tridimensional de Fairclough (2001), é trabalhada nas dimensões textuais, discursivas e sociais através das categorias elencadas.

Quadro 1 – Categorias utilizadas nas análises

Texto	Vocabulário/Frases negativas
Prática Discursiva	Interdiscursividade/Representação social
Prática Social	Ideologia

Fonte: Adaptação de Fairclough (2001).

O material de análise é constituído pela canção “Cota não é esmola”, lançada no ano de 2017⁸ pela cantora, compositora e ativista Bia Ferreira. A artista enfatiza que “faz uso de sua música para educar, conscientizar e passar informações a respeito das demandas de luta do movimento antirracismo no Brasil”⁹. Ainda, a própria artista rotula o seu gênero musical como MMP, sigla que significa “música de mulher preta”. É importante frisar que, nesse trabalho, se desconsidera quaisquer elementos como a interpretação, o ritmo e a rima, inerentes à música como objeto.

Em relação ao nível textual, separamos a canção em blocos em que a recusa se estrutura ao redor de uma narrativa específica. A partir dos blocos temáticos de texto, a análise parte para as relações interdiscursivas que são evocadas pela canção e usadas como suporte argumentativo na construção de representações dos agentes sociais. Por meio destas duas dimensões, é possível estabelecer as conexões do discurso num sentido mais amplo, o da prática social. Dessa forma,

⁸ O primeiro registro de “Cota Não É Esmola”, ainda como um poema, data de 17 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TQorfF5Bcg>>. Acesso em 20 out. 2019. Já como canção, a versão foi disponibilizada no dia 29 de janeiro de 2018. O vídeo conta, atualmente, com mais de 8 milhões de visualizações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>>. Acesso em 20 out. 2019.

⁹ As informações foram retiradas da página oficial da cantora na rede social *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BiaFerreiraOficial>>. Acesso em 20 out. 2019.

serão feitas inferências sobre os processos ideológicos envolvidos na produção discursiva, abarcando todas as instâncias do quadro tridimensional.

Análise e discussão de dados

A canção intitulada “Cota não é esmola” é uma narrativa vivida e experienciada pela maioria de pessoas negras e, também, é uma crítica social. Por isso, é que a canção tem sua importância na atualidade, pois é uma fonte de voz(es) e resistência(s). Ela se apresenta, então, como uma forma de conscientizar as pessoas que não compreendem a dimensão dos problemas histórico-sociais, de ordem racial, que reverberam diariamente no país.

Fairclough (2001, p. 163) enfatiza que “as frases negativas carregam pressuposições que funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los”. Dessa forma, a negação está ligada às pressuposições, ou seja, às “proposições que são tomadas [...] como já estabelecidas ou ‘dadas’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161). A letra da música possui diversos enunciados em que aparece o item lexical *não*, assim, ao contestar determinadas proposições, argumentos utilizados para se opor às ações afirmativas, constrói-se uma contra-argumentação que se desenvolve por toda a canção.

- (1) Existe muita coisa que *não* te disseram na escola
Cota *não* é esmola!

A afirmação de que “Cota não é Esmola!” marca uma oposição às pessoas que pensam diferente. Ainda, o uso de ponto de exclamação é um recurso estilístico utilizado para dar maior ênfase e expressividade. A partir dessa primeira negação, a autora elabora diversos outros argumentos que justificam o seu pensamento:

- (2) Experimenta nascer preto na favela pra você ver!
O que rola com preto e pobre *não* aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito

A enunciadora convida seus ouvintes a experimentar “nascer preto e pobre na favela”. Essa estratégia é de despertar um sentimento de empatia e de experimentação, do sentir-se e do colocar-se na pele do outro e o recurso é justificado pelo elemento final do enunciado “não aparece na TV”. Além disso, o item lexical de negação imbrica numa série de discursos sobre a ausência de negros na televisão, mas que quando são noticiados, conforme Almeida (2018, p. 52), “revelam o imaginário em torno do criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação, bem como as mulheres negras que “parecem” ter certa vocação para os serviços

domésticos”. Assim, os adjetivos “preto e pobre” se sustentam para abarcar a visão supremacista branca em criminalizar as pessoas negras.

O próximo enunciado cria uma tríade a partir de três itens lexicais semanticamente negativos, “Opressão, humilhação, preconceito”. A carga semântica negativa evidencia os sentimentos que afligem os negros moradores das periferias e sabe-se que nas comunidades a abordagem da polícia, por exemplo, é bastante questionada por seus moradores. De acordo com Schwarcz (2019), outra forma de exclusão racial está delegada pelas ações policiais que performatizam a discriminação, já que “as batidas policiais escolhem sempre mais negros do que brancos e os humilham a partir da apresentação pública do poder e da hierarquia” (SCHWARCZ, 2019, p. 35). Logo, o preconceito racial sofrido por pessoas negras é baseado no juízo de crenças, valores e estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a determinados grupos racializados (cf. ALMEIDA, 2018).

Em sequência, o excerto inicia-se com a afirmativa “A gente sabe”. A expressão indica que os sujeitos negros identificam quando a cor de suas peles afeta e interfere em suas práticas e relações sociais. A partir desse trecho, verifica-se um conjunto de narrativas engendradas discursivamente, que fazem oposição ao modo de vida de famílias brancas.

- (3) Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão

Diferentemente daquilo que se espera, as crianças negras começam desde muito pequenas a fazer o “corre pra ajudar os pais”. O item lexical “corre” é uma variante da língua utilizada como um recurso estilístico que se caracteriza por um fenômeno tipicamente sociolinguístico o qual poder ser chamado de gíria de grupo, “isto é, um vocabulário de grupos sociais restritos, cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelecem com a sociedade. Inusitados são, por exemplo, os grupos jovens ligados à música, à dança, às diversões” (PRETI, 2004, p. 66). O significado de “corre” é, portanto, resolver um problema ou atender um compromisso. Além disso, depois de uma manhã ocupada a criança vai para escola a pé porque não tem dinheiro para o “busão”. A frase semanticamente negativa indica que a intérprete justifica o fato de que o dinheiro que poderia ser utilizado para pagar a condução foi gasto para comprar alimento.

- (4) E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta e pobre, o motorista grita: *não!*

E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou, *não* vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já já dá 1 hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se *não* atrasa de novo! A diretora fala

Nesse excerto são apresentadas diversas formas em que o “não” representa uma barreira de acesso à educação. A impossibilidade de adentrar no espaço escolar se dá pela dificuldade de locomoção, expressa no excerto “o motorista grita: não!”, tendo negada a alternativa de utilizar o transporte público pela falta de dinheiro. Assim, indo a pé, pois “não tem busão”, a enunciadora se atrasa e é impedida de assistir ao primeiro horário, sendo ainda alertada para que o atraso não se repita. As negações, tendo caráter de contestar pressupostos tidos como estabelecidos, orientam-se no sentido de mostrar como o acesso à educação não é universalizado, além de implicar questões mais profundas como transporte e habitação. A facilidade de acesso não é compartilhada por todos, ao passo que, enquanto para alguns o trajeto e o horário de se chegar nas escola não se apresenta como um problema, para outros “não tem busão” e quem se atrasa em decorrência disso “não vai entrar na aula”.

(5) Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela *não* vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então *não* vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais, o que você faria?

No momento seguinte, já dentro da sala de aula, outros problemas aparecem. O sono e o cansaço dificultam o rendimento escolar, mas a personagem não dorme. Ao estudar matemática, traz o conteúdo para o seu contexto de vida, ao perceber que a escassez de dinheiro leva à falta de recursos. Desse modo, a recusa presente no entendimento de que para ela “não vai ter pão” contrasta com as diversas outras pessoas que não passam por essa situação.

(6) Ela cansou da humilhação e *não* quer mais escola
E no natal ela chorou, porque *não* ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do suvaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas *não* adianta nada, todo mundo a rejeita

Nos enunciados do sexto excerto verificamos que a agente social cansou de sofrer humilhações, provocações e de ser constantemente vítima de racismo. Nesse caso, tais importunações, por parte dos colegas e sem o devido cuidado da professora, fizeram com que

a enunciadora abandonasse a escola. Segundo registros colhidos pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a evasão escolar de crianças e adolescentes negros é substancialmente maior do que de crianças brancas. Ainda, a pesquisa destaca que “quase metade dos homens negros, de 19 a 24 anos, não concluíram o ensino médio. Entre mulheres negras, índice chega a ser de 33%. Para especialistas, abandono escolar tem raízes sociais”. Schwarcz (2019, p. 127) afirma que o Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, que é, por princípio, um sistema desigual no qual alguns monopolizam renda e poder, enquanto a imensa maioria não tem direito à remuneração, à liberdade, do ir e vir e à educação.

As representações sociais em torno dos corpos negros são marcadas por expressões negativas, como “preta do suvaco fedorento, que alisa o cabelo pra se sentir aceita”. Os corpos negros são violentamente afetados por “estereótipos racistas que insinuem que mulheres negras não são bonitas” (HOOKS, 2019, p. 16). A intelectual Nilma Lino Gomes (2003, p. 173) aponta que as representações dos corpos negros são construídas na/pela linguagem de frases que se repetem diariamente, como “o negro fede”; “o cabelo rastafari é sujo e não se pode lavá-lo” e “o negro que alisa o cabelo tem desejo de embranquecer”. O cabelo é uma forte marca identitária do negro e que por vezes é ridicularizado e inferiorizado. Ainda assim, a personagem, mesmo alisando o cabelo, não conseguiu mudar a visão supremacista branca, porque “todo mundo a rejeita”. De acordo com Berth (2018),

[...] os cabelos são um importante elemento estético de autoafirmação de cultivação do amor a própria imagem, mas sobretudo para as mulheres, seja elas de qualquer etnia. E esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvo constante de diversas injúrias, rejeições e manifestações racistas, esteja ele alisado ou natural (BERTH, 2018, p. 94-95).

Verifica-se uma recorrência do item lexical “não” na sequência dos enunciados, o que cumpre alguns processos de significação. O primeiro “não” evoca uma ausência resultante das humilhações constantes na escola; o segundo representa uma negação de acesso a bens materiais, invocados neste caso pelas festividades natalinas; já o terceiro configura-se num processo de rejeição, desprezo ou recusa.

- (7) Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre *não* vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola

Cansada de escolas e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto e pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades

O enunciado semanticamente negativo em (7) apresenta a falta de acesso de negros às instituições públicas. Além de problematizar a baixa qualidade de ensino nas escolas da comunidade, o que implicaria na dificuldade de ingresso de jovens da periferia a uma universidade pública como a USP. Observa-se, também, na narrativa um dizer perverso de uma professora que afirma “Que todos são iguais e que cota é esmola”. O enunciado, embora recorrente na sociedade, sustenta-se por equívocos da crença de que as cotas raciais beneficiam determinados grupos. Para contradizer esse viés, a narrativa destaca mais uma vez: i) a experiência de se nascer preto e pobre na comunidade; ii) perceber que esses atributos condicionam tais pessoas para oportunidades desiguais e iii) demarcar que pessoas negras, para conseguirem se sustentar e pagar a faculdade, necessitam submeter a trabalhos exaustivos diariamente.

(8) *E nem venha me dizer que isso é vitimismo*
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo

Verifica-se em (8) enunciados semanticamente negativos nos quais a intérprete evoca uma oposição, direcionadas às pessoas que imaginam o negro numa posição vitimista. Para Moura (2017), essa interpretação demonstra uma constante banalização do racismo e que a expressão “vitimismo” é empregada como um mecanismo que inviabiliza o debate e as denúncias de fatos que caracterizam as práticas racistas (MOURA, 2017, p. 81). Há quem afirme que não existe racismo no Brasil ou sustenta ainda que os negros na sociedade se vitimizam ou se fazem de coitadinho para se beneficiar das políticas de ações afirmativas em universidades.

Na contramão desses entendimentos, as expressões “E nem venha me dizer” e “Não bota a culpa em mim pra encobrir” afasta todas essas concepções racistas, legitimando o alcance da população negra em lutar e reivindicar seus direitos. De acordo com Schwarcz (2019, p. 36), “o engajado feminismo negro assume uma espécie de luta antirracista em nosso país, questionando segmentos, propondo teorias e expondo as especificidades e a realidade das mulheres negras”.

(9) São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor

Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, ei!
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio para revolucionar

A intérprete da canção apresenta neste verso relações interdiscursivas ao introduzir elementos históricos para confirmar a importância de se falar sobre o período de escravidão, que durou 300 anos no Brasil. O continente africano foi escravizado e explorado por países europeus e os povos que ali habitavam foram dizimados por colonizadores brancos. A dominação europeia resultou numa série de implicações ao continente, tais como a imposição de elementos culturais, de costumes, de crenças e da fé cristã etc. (GROSFOGUEL, 2016). Dessa forma, ao evocar que “São nações escravizadas e culturas assassinadas”, a cantora aciona aspectos históricos, geográficos e sociais para a compreensão de fatos e acontecimentos que não devem ser esquecidos.

E no enunciado “É a voz que ecoa no tambor”, faz referência as matrizes africanas que culturalmente utilizavam instrumentos de percussão em rituais sagrados ou até mesmo em cânticos de guerra. Salienta-se um convite às pessoas por meio das expressões “Chega junto, venha cá”. O item lexical “Você” funciona como um vocativo, que chama às pessoas para lutar contra o racismo e conhecer a história dos povos negros. Ainda, o item lexical “revolucionar” remete-nos a um campo semântico positivo de conquistas dos movimentos negros e também ao respeito aos costumes, tradições, cultura etc.

Há uma repetição dos enunciados “Não deixe calar a nossa voz não!”, em que se observou a utilização de duas negações para potencializar a(s) voz(es) do(s) povo(s) negro(s) que devem ser ouvidas e escutadas por todos. O item lexical “Revolução” constrói novamente uma representação e reafirmação das identidades negras, inferindo-se um processo de formas de engajamento e de lutas antirracistas.

(10) Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
Vamo pro canto onde o relógio para
E no silêncio o coração dispara
Vamos reinar igual Zumbi, Dandara
Odara, Odara
Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Odara, Odara, ei!

O excerto seguinte é expresso pelo enunciado “Nascem milhões dos nossos cada vez que um nosso cai”. Assim, o interdiscurso remetido nesse contexto está implicado pelo alto índice de mortes de vidas negras no Brasil. A expressão “É peito aberto, espadachim do gueto,

nigga” corresponde a um efeito de sentido que se agencia por formas de ação e de luta dos movimentos antirracistas. O item lexical “*nigga*” é um termo em inglês de raízes afro-americanas (*African American English - AVVE*) e que adquiriu um novo significado aproximado de *guy* (“cara”) no inglês americano geral (*General American - GA*), conforme Carvalho (2016) citando Jones e Hall (2015).

O enunciado “Vamos reinar igual Zumbi, Dandara” evidencia uma memória histórica e representativa, destacando nomes como Zumbi dos Palmares (herói nacional) e Dandara (esposa de Zumbi), descrita como uma mulher de luta. Essas figuras históricas ilustram a força do movimento negro e do feminismo negro na luta antirracista. As expressões “Odara, Odara” representam as religiões de matrizes africanas como o candomblé e a umbanda, o termo significa “um sentimento bom”, ou seja, é uma sensação de bem-estar e leveza de alma.

(11) Experimenta nascer preto e pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu ra-cis-mo!
Existe muita coisa que *não* te disseram na escola!
Cota *não* é esmola!
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor!
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar

Na última parte, a compositora retoma algumas das asserções proferidas durante a canção, destacando alguns enunciados. Além disso, a intérprete recupera o sentido discursivo de que “Cota não é esmola!”, então, reafirma seu posicionamento. Dessa forma, ela emprega novamente a estratégia argumentativa de demonstrar as negações e privações impostas à população negra, como forma de corroborar com a sua tese principal de que políticas afirmativas não são esmolos como as pessoas acreditam. Conforme Fry (2005), cumpre destacar que,

[...] a ação afirmativa não veio somente para compensar negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação. Veio desfazer a ‘mistura racial’ para produzir só duas raças. Antes uma sociedade de classes que recusa reconhecer as identidades raciais, o Brasil é agora imaginado como uma sociedade de ‘raças’ e ‘etnias’ distintas. As políticas de ação afirmativa racial terão a consequência de estimular os pertencimentos ‘raciais’, assim fortalecendo a crença em raças (FRY, 2005, p. 336).

Nessa perspectiva, as ações afirmativas representam avanços sociais que passam a incluir o negro nas instituições brasileiras, o que possibilita maior diversidade, formas de convívio e saberes plurais. Portanto, a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial são temas que interessam a todos e não exclusivamente a população negra. Assim, Schwarcz (2019, p.39) afirma que “enquanto persistir o racismo não se pode falar em democracia consolidada”.

Considerações finais

A intérprete destaca em sua canção “Cota não é esmola” os muitos “não(s)” recorrentes na vida de pessoas negras. Esse processo diz respeito à condição dos negros que começam desde a infância a sofrerem formas de discriminação e preconceito racial. Logo, as alegações apresentadas, a partir da letra da música, permitem reconhecer que as mudanças na sociedade necessitam de tomadas de atitudes e de uma maior conscientização da população quanto as práticas antirracistas.

Ao desenvolver uma narrativa onde tais negações são evidenciadas, observamos a importância de figuras históricas e representativas para a população negra na luta pela igualdade racial no Brasil, tendo em vista que, por vezes, os negros e as negras foram esquecidos nos mais diversos contextos: sociais, históricos e políticos. Além disso, a canção constrói uma narrativa argumentativa na qual utiliza de estratégias para tentar convencer e persuadir o público-ouvinte.

Dessa forma, a cantora posiciona-se favoravelmente às cotas raciais no embate ideológico que permeia o assunto. A posição adotada é parte de uma prática social que utiliza de sua produção artística como uma ferramenta político-ideológica. Seu trabalho, então, serve não apenas como propagador de ideias entre aqueles que pensam de maneira semelhante, mas como uma forma de enfrentamento na luta antirracista. Assim, mulheres negras vêm assumindo posições de luta e de transformações sociais, abarcando uma diversidade de experiências e de necessidades que logram com a coletividade social.

A pesquisadora Hooks (2019, p. 15) destaca que “percebemos uma necessidade de um tipo de educação para conscientização crítica que capacita quem dispõe do poder e do privilégio baseados nas estruturas de dominação a abrir mão deles sem precisar se ver como vítima”. Talvez, dessa maneira, consigamos assumir discursos emancipatórios nos quais promovam a diminuição das desigualdades, da exclusão social, ou seja, de quaisquer elementos que afetam a população negra.

Sendo assim, as ações afirmativas são importantes no processo de equiparação social, porque elas representam uma mudança na estrutura de uma sociedade racista e constitui um passo fundamental para efetivação de uma democracia brasileira.

Referências

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BERTH. J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR, J. R. L. B; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018. p. 125-156.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CARVALHO. D. Historicidade, gramaticalização e a semântica do nego no português brasileiro. **Guavira Letras**, Três Lagoas, n. 22, p. 105-122, jan./jun. 2016.
FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

FRY, P. **A Persistência da Raça:** ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182. jan./jun. 2003.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

HOOKS, B. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).** Brasil, 2018.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros:** teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005.

MOURA, T. M. **Racismo na contemporaneidade**: uma análise do racismo nas redes sociais. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.31-43, dez. 2001.

MUNANGA, K. **O negro na sociedade brasileira**: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; DA SILVA, M. N. (Orgs.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 7-20.

PRETI, D. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica e Etnografia**: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2008.

RESENDE, V. M; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

Sobre os autores

Felipe de Souza Oliveira ([Orcid iD](#))

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ); graduado em Letras - Inglês pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Igor Pires Zem El-Dine ([Orcid iD](#))

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ); graduado em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Ivan Vasconcelos Figueiredo ([Orcid iD](#))

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre em Letras pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ); graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSJ.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em maio de 2020.